

Dom Domingos de Pinho Brandão — O Epigrafista

Justino Mendes de Almeida e Maria Isabel P. de Mello Moser

Da múltipla actividade científica de Dom Domingos de Pinho Brandão, repartida pela Arqueologia e pela Epigrafia, pela História da Arte e pela Museologia, principalmente, pois que outras áreas de estudo também cultivou com proficiência, como seja a Biografia (recorde-se o magistral artigo «Evocando o Abade de Baçal — Algumas Facetas da Sua Personalidade»), cabe-me a honra, e a grande responsabilidade, de falar do epigrafista. Entenda-se, desde já, de certos aspectos apenas da obra científica do Senhor Dom Domingos, como teorizador e estudioso da epigrafia lusitano-romana, uma vez que a apreciação global da sua bibliografia, tão vasta neste domínio, não se compadeceria com o escasso tempo reservado a esta comunicação. Mas, antes de iniciar a minha exposição, solicito a benevolência de tão douta assistência, na qual vejo alguns especialistas destas matérias, que certamente se desempenhariam com outra autoridade desta missão que me foi confiada. Farei, no entanto, por não desmerecer da alta personalidade que hoje tão justamente homenageamos.

Com o aparecimento de Mestre Leite de Vasconcelos, mestre como superlativo de professor, que tantos discípulos formou em vários ramos da Ciência, e legou um exemplo de formação de Escola, que desejaríamos ver seguido, após a morte de Leite de Vasconcelos, dizíamos, os estudos de Epigrafia sofreram um golpe profundo em Portugal. O Mestre elevava-os a um nível científico de repercussão internacional; do golpe que sofreram dificilmente viriam a restabelecer-se. É certo que alguns discípulos, poucos, prosseguiram a obra do Mestre, mas desprovidos da excepcional formação linguística, em particular nos idiomas clássicos, e da bagagem cultural incomensurável de que Leite de Vasconcelos dispunha, não conseguiram fazer escola na Epigrafia, e o tempo os foi lançando no olvido, ainda que alguns o não merecessem.

À morte do patriarca dos estudos científicos de epigrafia latina em Portugal seguiu-se um gradual desinteresse pelo ensino da língua latina, a qual continuou no entanto a ser ministrada nos seminários (honra lhes seja feita!) ainda por largo tempo, e desta circunstância muito veio a beneficiar o estudo da Epigrafia. Penso que hoje já ninguém duvida de que ao epigrafista se torna indis-

pensável um domínio do Latim e do Grego; deste também, sim; caso contrário, como é possível enfrentar a interpretação de grande número de textos, em particular no que respeita ao Onomástico? Como testemunho da fase de «trevas epigráficas», digamos assim, que se seguiu ao desaparecimento do Mestre, haja em vista o que se verificou no 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em 1958; das dezenas e dezenas de comunicações apresentadas, apenas quatro versaram temas de epigrafia lusitano-romana (continuo a servir-me desta terminologia que considero a mais adequada para designar os monumentos epigráficos do período de domínio romano no território que hoje é Portugal).

Levou anos a restabelecer (se é que se conseguiu!) o prestígio nacional e internacional que os estudos epigráficos tinham alcançado com Leite de Vasconcelos. Para tanto, contribuíram alguns factos fundamentais: a fundação das revistas *Conimbriga* e *Lucerna*, respectivamente em Coimbra e no Porto; a intensificação, por parte de publicações já consagradas, de estudos da especialidade, como é o caso da *Humanitas*, da *Revista de Guimarães* e do *Arquivo de Beja*, nunca sendo de mais exaltar a acção de Mário Cardozo e de Abel Viana; por outro lado, o aparecimento de epigrafistas, que se notabilizaram, como o romeno Scarlat Lambrino, cuja docência na Faculdade de Letras de Lisboa foi fundamental, D. Fernando de Almeida e Dom Domingos de Pinho Brandão. A estas circunstâncias se deve atribuir primacialmente um certo florescimento dos estudos epigráficos que, na verdade, se reconhece hoje em Portugal. Uma prova desta afirmação está na vitalidade da mesma revista *Conimbriga* que, num dos seus últimos volumes, correspondente a 1984, dos onze artigos que insere, são de matéria epigráfica nada menos do que cinco, além de fazer acompanhar, de há anos para cá, cada volume de um muito útil «ficheiro epigráfico».

Qual o lugar do Senhor Dom Domingos de Pinho Brandão neste movimento de restauração e renovação dos estudos epigráficos em Portugal? Na impossibilidade de análise de toda a sua obra neste momento, fixemo-nos em três intervenções fundamentais: a colaboração nos vols. XI e XII da *Humanitas*, correspondentes a 1959-1960, a fundação da revista *Lucerna* (cadernos de arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos) em 1961, e a sua participação logo no n.º 1 do vol. I e, por último, a publicação do *corpus* da epigrafia coliponense. São, repito, apenas três intervenções das muitas que poderíamos comentar e de que José d'Encarnação faz um enunciado sumário no artigo que dedica a Dom Domingos epigrafista na *Lucerna*, volume de homenagem tão oportunamente publicado em 1984. Vejamos então esses três aspectos a que aludimos.

A revista *Humanitas*, fundada no Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo Prof. Rebelo Gonçalves, especialmente destinada a arquivo de estudos das línguas e literaturas clássicas, acolheu, logo nos primeiros volumes, trabalhos de Epigrafia, de investigadores muito competentes, como Joseph Piel, nosso eminente confrade na Academia. Não é, assim, de estranhar que nesta mesma revista vamos encontrar cinco artigos de Dom Domingos,

três dos quais no já citado vol. XII: *Estelas Funerárias Luso-Romanas com Inscrições Latinas no Museu Municipal de Vila Flor; Ara Dedicada a Júpiter na Igreja de Vila Nova de Foz Côa e Ara Dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião* (no Museu do Seminário Maior do Porto).

Um estudo de conjunto das estelas funerárias do Norte de Portugal está ainda por fazer, não obstante os trabalhos preciosos de Leite de Vasconcelos e do Abade de Baçal, entre outros menores. Antes de mais, seria necessário proceder a um levantamento global, a um inventário que obviasse a uma dispersão futura ainda maior; vem, talvez, a propósito recordar que no Museu Nacional de Arqueologia se encontram dezenas delas, em condições deploráveis de conservação, apesar dos esforços do seu Director e das chamadas de atenção para as entidades responsáveis, a fim de evitar a total degradação dos monumentos. Que belo estudo mereceriam, atendendo ao seu formato e decoração típicos e, em particular, à riqueza do onomástico, muito dele autóctone, que nelas se regista!

O trabalho de Dom Domingos incide sobre três estelas provenientes da Junqueira, no Vale da Vilariza (tão rico de espólio arqueológico, em particular epigráfico!), concelho de Moncorvo: numa primeira estela, o Autor, depois de uma leitura exacta de um texto nem sempre fácil, gravado no granito chamado «dente de cavalo», identifica o topónimo BALAESVS, que o Abade de Baçal já encontrara em duas lápides de Bragança e numa de Miranda, circunscrito portanto à zona de Trás-os-Montes, não registado em outro ponto do território que hoje é Portugal. Era um antropónimo desconhecido, tanto que Hübner não o registou no *CIL*, que deve talvez aproximar-se do cognome BALESINVS de uma inscrição de Seleiros, perto de Chaves (a n.º 2471 do *CIL* II), e que passou despercebido aos especialistas que, de 13 a 15 de Outubro de 1975, em Paris participaram num grande colóquio internacional de onomástica latina, em que os trabalhos sobre a Hispânia foram confiados a A. Tovar (*Les noms ibériques*), R. Étienne (*Remarques sur l'onomastique romaine d'Espagne*) e G. Alföldy (*L'onomastique de Tarragone*). Nesta estela, o Senhor Dom Domingos não deixa de se ocupar dos símbolos que decoram a parte superior do monumento, tão característicos das estelas da região de Trás-os-Montes, neste caso um trísceles (ou variante do suástica, símbolo solar) e dois ângulos (que Leite de Vasconcelos interpretava como estilizações do crescente), simbologia esta exaustivamente estudada por Franz CUMONT, o estudioso do baixo-relevo mitraico de Tróia, nas suas monumentais *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains* (Paris, 1942). A importância das estelas do Norte acentua-se se admitirmos, como tudo leva a crer, que alguns símbolos nelas representados são uma importação da Ásia Menor para as margens do Danúbio e daqui trazidos para a Hispânia pelos soldados da *Legio VII Gemina* a cujo acampamento deve o seu nome a cidade de Léon.

De mais duas estelas se ocupa neste artigo o Senhor Dom Domingos: numa delas, regista os cognomes REBVRVVS e REBVRVINVS, muito divulgados na epigrafia, e cuja origem (céltica) e significado («o Calvo») parecem definitivamente apurados, e, uma vez mais, um símbolo oriental largamente difundido, a representação do «crescente» como mansão dos mortos; na terceira estela, que designa por «estela de Cómodo Bóvio», ainda que este último cognome seja de restituição duvidosa,

mas muito provável, dada a sua frequência na epigrafia da Hispânia, a propósito desta terceira estela, dizíamos, o Senhor Dom Domingos consigna um comentário de grande alcance científico, ao escrever «Ostenta na parte superior um motivo curioso que não nos recordamos de ter encontrado em monumentos semelhantes. De um ponto, como centro, saem vinte raios que se espalham e alargam à medida que se afastam, formando uma espécie de leque em arco peraltado. Representará o Sol aspergindo feixes de luz?»

Esta representação do culto de Mitra no monumento do Museu Municipal de Vila Flor dá-lhe uma importância invulgar, e o Mestre está como que a indicar aos discípulos a conveniência de percorrer um sulco ainda não suficientemente trilhado, isto é, a conveniência de levar ao cabo um estudo sobre *Testemunhos do Culto de Mitra em Lápides do Norte de Portugal*.

A fundação da revista LVCERNA, órgão da Secção de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos, devida aos esforços e devoção do Prof. Doutor Luís de Pina, do P.e Dr. Domingos de Pinho Brandão e do Dr. Adriano Vasco Rodrigues, representa um marco fundamental na recriação dos estudos epigráficos em Portugal. No n.º 1 do vol. I desta revista, apresenta o Senhor Dom Domingos dois estudos magistrais: num deles, sobre uma ara proveniente de Cilhades, Moncorvo, dá a conhecer uma divindade até então desconhecida do panteão lusitânico: DENSVS; no outro estudo, não menos importante, sobre uma famosa lápide de Fermedo, Arouca, um dos mais belos monumentos da epigrafia lusitano-romana, relativa a um certo *Laetus, Caturonis f(ilius)*, aviobrigense, que deu origem a um extenso trabalho do Prof. Scarlat Lambrino, distinto epigrafista cuja memória veneramos, e a uma réplica do Senhor Dom Domingos, publicada no n.º 2 de LVCERNA. Onde há homens há divergências, mas tudo decorreu e se discutiu num plano estritamente científico, de mútuo respeito. Assim, o Senhor Dom Domingos de Pinho Brandão pôde terminar o seu segundo artigo com estas palavras exemplares:

«Registamos com prazer e muito apreço o valioso estudo do Prof. Scarlat Lambrino, definitivo quanto à leitura da inscrição de Fermedo. Alguns problemas suscitados pela mesma inscrição continuam, porém, em suspenso, à espera de novos documentos».

O conhecimento da existência do ópido de *Collippo* na Lusitânia chega-nos por intermédio de Plínio-o-Velho, num passo do par. 113 do Livro IV. Diz, com efeito, o Naturalista: «A Lusitânia começa depois do Douro, (*país*) dos Túrdulos velhos, dos Pesures, do rio Vouga, do ópido de Talábriga, do ópido de Emínio com o seu rio e dos ópidos de Conímbriga, Colipo e Eburobrítio.»

Para Leite de Vasconcelos, *Eburobritium* ficava onde hoje é a Amoreira de Óbidos, «a julgar do fragmento de uma inscrição romana que lá encontrei, e que hoje está no Museu Ethnológico Português», como escreve no vol. II das *Religiões da Lusitania*, p. 31; enquanto *Collippo* se situaria

«no monte em que hoje se vê o castello medieval». Como é conhecido, em relação a *Collippo*, a opinião generalizada hoje difere muito desta, e para tal contribuíram decisivamente os estudos de Dom Domingos de Pinho Brandão. A localização de *Collippo*, não na área da actual cidade de Leiria, mas no monte de São Sebastião do Freixo, freguesia do concelho da Batalha, fora já defendida no séc. XVI por antiquários como André de Resende e Gaspar Barreiros, e parece ser confirmada pelos dados da epigrafia. É certo que o mais importante monumento relativo a *Collippo*, com dupla referência ao coliponense *Q. Talotius Alius Silonianus* e aos Coliponenses em geral, foi descoberto em 1870 na igreja do castelo, onde ainda hoje se encontra; mas não é menos exacto que, das 44 inscrições recenseadas por Dom Domingos de Pinho Brandão na sua *Epigrafia Romana Coliponense*, publicada no vol XI de CONIMBRIGA (1972), 15 são provenientes de São Sebastião do Freixo. Aos testemunhos epigráficos há que juntar os dados da arqueologia, e estes são, na verdade, muito importantes: os resultados das escavações sistemáticas ali realizadas entre 1963 e 1966 por Bairrão Oleiro e Jorge Alarcão, e retomadas em 1975, sendo de desejar fossem prosseguidas com regularidade, deram já resultados surpreendentes. Recorde-se, por exemplo, o achado da monumental estátua de um magistrado togado, atribuída ao séc. I d.C. De tudo se conclui que, no estado actual dos nossos conhecimentos, a localização do ópido de Colipo, referido por Plínio na *História Natural*, se verifica muito provavelmente no sítio da actual São Sebastião do Freixo, no concelho da Batalha, compreendendo-se no aro da antiga *Collippo* a área hoje ocupada pela cidade de Leiria.

Ainda a propósito do topónimo *Collippo* seria interessante averiguar a sua origem e formação, aproximando-o de *Olisippo*, tendo presente que, não obstante as centenas de páginas que lhe têm sido consagradas, o que apenas se tem por certo é que na sua formação entre o sufixo *-ippo* de origem mediterrânica, comum a outros topónimos hispânicos, sendo desconhecido o sentido do radical da palavra.

Um primeiro *corpus* de inscrições coliponenses foi, como dissemos, organizado pelo Senhor Dom Domingos, que o fez acompanhar de exaustivos comentários de ordem histórica, arqueológica e linguística. É um vade-mécum para estudantes, e até iniciados, de Epigrafia, que constitui, como a colectânea das inscrições da Egitânia, devida ao Prof. Doutor Dom Fernando de Almeida, outro grande Mestre de estudos epigráficos, o mais vasto e mais seguro conjunto de textos lusitano-romanos publicados em nossos dias. Se outros trabalhos epigráficos não houvesse da autoria do Senhor Dom Domingos de Pinho Brandão, este só bastaria para o consagrar como Mestre de Epigrafia. Por isso, foi com alguma mágoa que vimos a actividade científica do Senhor Dom Domingos repartida por outras áreas da investigação, em particular pela Museologia, quando dele ainda tanto esperamos em Epigrafia, ciência histórica em Portugal tão carecida de cultores ao nível do Senhor Dom Domingos. Mas a nossa fé é muita e não descremos de que volte em breve a debruçar-se sobre os estudos que, a Deus graças, lhe ocuparam uma boa parte da sua actividade científica. Mas se a sua intervenção directa não puder verificar-se, como todos desejamos, que ao menos se efective através dos seus discípulos, aos quais compete seguir o exemplo do Mestre. Porque a inter-

venção de Dom Domingos de Pinho Brandão e a de Dom Fernando de Almeida foram decisivas para a renovação dos estudos epigráficos em Portugal.

Senhor Presidente da Academia Portuguesa da História; Senhores Académicos; Senhoras e Senhores:

Embora de forma sucinta e desluzida, creio, no entanto, que pude apresentar testemunhos suficientes, comprovativos de que, para além de outros méritos que o exornam, o labor científico desenvolvido nos estudos epigráficos lusitano-romanos seria só por si bastante para que a Academia Portuguesa da História muito se honre, ao receber em seu seio, na galeria de honra dos Académicos de Mérito, o Prof. Doutor Dom Domingos de Pinho Brandão.

Porto, 4 de Março de 1988.